

A HORA DAS UNIVERSIDADES (*)

PROF. JOÃO OTÁVIO LOBO

(Catedrático de Medicina Legal)

Sr. Presidente:

Faz pouco tempo, a bancada cearense, sem distinção de côr política, compareceu ao Catete, levando o original do projeto de lei que cria a Universidade do Ceará, com séde em Fortaleza, e federaliza a Faculdade de Medicina.

O Presidente Café Filho, em homenagem ao Ceará, houve por bem sancioná-lo, na mesma ocasião.

O nobre gesto do Chefe da Nação, que, sobremaneira, nos sensibilizou, fê-lo, com justiça, oredor da gratidão do povo de minha terra.

Êste é o fato.

Dentre a rotina de tantas proposições que se sancionam, mais uma universidade que se cria, mais uma faculdade que se federaliza, lá pelo Nordeste Brasileiro, poderá até passar despercebido ou (o que pode acontecer) incrementar o côro das lamentações dos que deploram a nossa precária condição financeira, com mais êsse onus que se impõe ao tesouro nacional.

(*) Discurso proferido na Câmara dos Deputados.

No entanto, Sr. Presidente, a criação de uma universidade na capital do Nordeste sêco, se é motivo de júbilo para o Ceará que a merece, o fato, em si, tem nesta amarga hora nacional relevante significação: É aviso sensato, tomada de posição em que se procura rumo certo, no meio da crise atual.

Já se vai sussurrando de bôca em bôca, desde as camadas populares às elevadas hierarquias, que, com essa moeda vil, com o alto custo de vida, com a irresponsabilidade reinante, ou se há de dar um freio, na marcha, ou, fatalmente, se há de rolar abismo abaixo. E êsse clima vem se agravando, em certos círculos, a tal ponto, que se tem a impressão de que os homens sérios e honestos (e os há, ainda, mercê de Deus, neste país) já são considerados uns desgarrados no tempo, uns desajustados no meio, uns marginais, enfim, como o paul que a torrente vai deixando à orla dos ribeiros.

A circumspecta Germânia, um dia, ensandeceu, em delírio de grandeza e poder, ao arrojar-se à derrota de duas guerras mundiais.

Teme-se que a insensatez nos leve a algum infortúnio, pois, aos que Deus quer perder, tira-lhes de antemão o senso comum.

Afinal de contas, vivemos, positivamente, fora da realidade, usufruindo uma civilização de elevado nível para a qual pouco contribuímos com nosso esfôrço. Tal atitude é um disparate neste país em que o petróleo, quase intocável, dorme ainda, no seio da terra, *em berço esplêndido*, e a agricultura se faz, em grande parte, como nos tempos dos Faraós, a golpes de enxada.

Algo anda desarranjado no funcionamento do organismo nacional.

O que caracteriza a nossa conduta é, sobretudo, a improvisação, o empirismo, a ausência do sentido de continuidade, de senso prático que, antes de ser científico, observa, examina, pondera, planeja e realiza.

Tal o indivíduo, tal o grupo.

E a Nação vai refletindo, cristalinamente, o mesmo descompasso.

Os problemas de base afloram berrantes: o do petróleo, o do transporte, o da produção, o do ensino. Mas, há uma preocupação constante de votar-se já e já a emenda parlamentarista — *idéia salvadora do regime*, deixado à margem êsse surrado presidencialismo — *causa de tôdas as nossas mazelas*. As eleições de três de outubro vieram provar de como a fraude, o suborno, a demagogia, a fôrça do dinheiro têm fóros de cidade até nas longínquas aldeias do “hinterland”. Urge a modificação do código eleitoral. Nisto todos acordam. Contudo, ninguém espera que, nas condições atuais de nossa educação cívica, a lei opere o milagre de sanear o voto democrático. Se é exato que a ocasião faz o ladrão, não é menos certo que o ladrão inventa a ocasião. Principalmente, em matéria de eleições. Está na ordem do dia o problema sucessório. Todavia, paira no ar uma certa alergia ao embate eleitoral, um cívico temor de que do entrechoque de idéias, em que se areja a democracia, se não extenuie o nosso valetudinário regime.

É que talvez o candidato eleito não o seja, para muitos, catatimicamente, o candidato ideal. Mas, praticando-se é que se faz democracia. Boa ou má, a que temos é esta mesmo. Mais vale exercitá-la, na luta eleitoral, entre as correntes de opinião, do que o ensaio de uma candidatura única, num simulacro de eleição, processo pouco convinável à prática de sã democracia e até contrário ao próprio étimo, pois quem elege, escolhe, e, no caso, não é possível escolher um candidato senão entre dois ou mais. União nacional, após o pleito, em tórno do Presidente da República, para que se processe, no govêrno, a recuperação moral econômica e financeira, é o que dita a consciência coletiva e impõe o sadio patriotismo.

Sr. Presidente:

Eu não sei qual seja a diagnose dos sociólogos e nem o re-

médio dos terapeutas para a solução da presente crise. Sei, porém, e já é sedição e até conselheiral, que só uma campanha de educação integral, dinamizada em fervor cívico, será capaz de, em certo prazo, preparar os caminhos ao salutar exercício da democracia.

Sob o compasso da educação vigente, embora, neste setor, tenhamos progredido, não se há, por certo, de esperar a recuperação do país. Em verdade, a escola primária alfabetiza mal, e, às vezes, até deseduca. O ensino secundário, que, entre nós, é, precipuamente, preparatório ao superior, alinhava-se. E êste, ante a *última ratio* do título de doutor, apenas, balbucia, no campo da investigação e da pesquisa.

Não sei por que se não começou ainda essa campanha de educação. A experiência no-lo mostra, na órbita da Saúde, o êxito de batalhas congêneres. Hajam vista as memoráveis campanhas da febre amarela, da peste, da malária e da tuberculose.

Se os sanitaristas indígenas são capazes de tarefas dêsse porte, o serão, por sem dúvida, os educadores brasileiros.

Falta-lhes, sòmente, o primeiro impulso.

Que o promova o poder público.

*

* *

Snr. Presidente:

Convenhamos em que o Govêrno começou, ou vai iniciar, imediatamente, uma revolução educacional. Finjamos que já se mobilizaram, para êsse fim, dentro das precárias possibilidades do erário, recursos extraordinários.

Imaginemos que, consoante as exigências técnicas, se aparelharam, plenamente, todas as escolas e estabelecimentos de ensino.

Suponhamos que isto aconteça. E, mesmo assim, não bastaria tamanho esforço, para solver o problema nacional.

É que nem tudo pode o Govêrno. E nem dêle depende tudo.

Nesta conjuntura, em que se apela para o sacrifício de cada indivíduo, em razão da sobrevivência do regime, se não houver boa vontade, compreensão, desprendimento e, sobretudo, amor à terra comum, então podem periclitar as instituições e, depois, talvez choremos, arrependidos, as ruínas do *ubi Troia fuit*.

Há, porém, tecidos vivos no organismo nacional. E núcleos de reação vital, em todos os departamentos de nossa economia.

Dessas regiões onde circula sangue oxigenado, dessas esferas em que, pela cultura, se tem conhecimento pleno do momento e, pela consciência, das responsabilidades de cidadão, deve partir o movimento patriótico de fortalecimento do convalescente regime.

E é esta, sobretudo, a hora das Universidades Brasileiras. Atuem, sem tardança, êsses altos centros de cultura. Entrem, em febre, os meios universitários, numa campanha intensiva de Educação.

Façam de cada cátedra, que ministra a ciência, púlpito cívico que eduque a Mocidade. O de que precisamos, com urgência, não é tanto de técnica que realize, mas de moralidade que saneie o ambiente.

De que nos valerão elites intelectuais, políticas e econômicas, se lhes faltam, na gestão da coisa pública, o senso de moralidade, que é o sal que preserva da corrupção? Os desvios da inteligência e do poder, as dissipações da riqueza comum são as linhas que triangulam a decadência das nações.

Não há maior pedra de escândalo para a mocidade que se educa, do que o exemplo público de elites irresponsáveis.

A educação não se faz, só, entre as paredes das escolas e universidades.

Não é um carmelo de contemplação, só pela contemplação. É um processo em função da vida social.

Hoje, entre nós, é quase vã a tarefa dos educadores, nos meios escolares.

O que, lá, a juventude aprende da moral e do civismo, desmentem-no, na prática, certas condutas da vida pública.

E o que se faz, com trabalho, para a formação da personalidade do adolescente não resiste à intempérie moral do clima exterior.

Mas, uma campanha de educação moral e cívica, em ritmo de apostolado, nas universidades, iterativa e intensa, sob o patrocínio do govêrno e estimulada pela imprensa e radiodifusão, abalará, profundo, a consciência coletiva, despertará as latentes reservas morais da comunhão nacional e neutralizará, na mocidade das escolas, o efeito maléfico do exemplo dos que desservem a Nação.

Que iniciem êsse movimento os centros universitários e se acenda de fé, nos destinos do Brasil, a mocidade. E, então, começará a recuperação nacional.

Esta é, portanto, a hora das Universidades do Brasil.

A do Ceará, que vem de se criar, estará presente!